

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR

Termo de Referência 72/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
72/2026	987517-PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR	DIRCEU DOMINGUES DE CARVALHO	03/06/2026 11:52 (v 0.34)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		005/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Registro de preços para eventual aquisição de Gasolina Aditivada, Óleo Diesel S-10 e Agente Redutor Líquido Automotivo — ARLA 32, destinados ao abastecimento da frota municipal de Congonhinhas/PR, incluindo o fornecimento direto nos postos contratados, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

Item	Descrição	Catmat	Und de Medida	Qtde	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Óleo Diesel S-10 aditivado Uso: Automotivo Apresentação: Com Biodiesel Composição: Concentração De Enxofre 10 MG/KG – Cat0mat: 461548	461548	LT	200.000	R\$ 7,99	R\$ 1.598.000
2	Gasolina aditivada Uso: Para Automotivos Classificação: Aditivada Índice De Octanagem: Iad 95 Min – Catmat: 461506	461506	LT	50.000	R\$ 7,19	R\$ 359.500
3	Agente redutor líquido automotivo (ARLA 32) Galão 20 litros, solução aquosa de uréia a 32,5%, conforme norma ISO 22241.	438910	LT	2.000	R\$ 6,99	R\$ 13.980

Estimativa do valor da tabela acima e de: 1.971.480,00 (um milhão, novecentos e setenta e um mil, quatrocentos e oitenta reais.)

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme definição da **Lei nº 14.133/2021**, por se tratarem de combustíveis padronizados, com especificações técnicas regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e amplamente disponíveis no mercado.

1.3 A presente contratação não se enquadra como aquisição de bem de luxo, nos termos do **Decreto nº 10.818/2021**, uma vez que os itens objeto da contratação — combustível (Gasolina Aditivada, Óleo Diesel S-10) e Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32) — possuem natureza estritamente funcional e operacional, sendo indispensáveis para a manutenção e continuidade dos serviços públicos prestados pela frota municipal. Trata-se de bens de consumo comuns, padronizados, amplamente disponíveis no mercado e regulamentados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), não apresentando características de ostentação, exclusividade, sofisticação excessiva ou alto padrão supérfluo. A contratação busca exclusivamente atender ao interesse público e garantir a continuidade das atividades essenciais da Administração Municipal, observando os princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade.

1.4 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade.

1.4.1 Fica expressamente vedada a prorrogação do contrato com fundamento na mesma situação que ensejou s

1.4.2 Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser rescindidos nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa. — durante a manutenção da frota oficial de forma contínua e ininterrupta — ou seja concluído procedimento licitatório definitivo para o mesmo objeto, sem necessidade de aviso prévio, assegurada a ampla proteção e o contraditório quando aplicável.

1.4.3 A presente contratação caracteriza-se como de natureza contínua, tendo em vista a necessidade permanente e ininterrupta de fornecimento de combustíveis destinados à manutenção da frota oficial do Município de Congonhinhas. Tal condição justifica-se pela essencialidade dos serviços atendidos, de modo a garantir a continuidade das atividades administrativas e operacionais, evitando prejuízos ao interesse público.

1.4.4 A rescisão automática não exime a contratada das responsabilidades decorrentes de eventuais inadimplementos ou danos causados à Administração durante a vigência do contrato.

1.5 As quantidades indicadas no quadro de itens são **estimativas máximas** para o período de vigência da Ata. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações ou a adquirir o total dos itens, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 Contratação por Registro de Preço para aquisição de combustível (**Gasolina Aditivada e Óleo Diesel S-10**) e Agente Redutor Líquido Automotivo (**ARLA 32**) — solução aquosa de ureia a 32,5% —, destinada ao abastecimento da frota da Prefeitura Municipal de Congonhinhas, incluindo o fornecimento direto nos postos contratados, conforme condições e disposições neste instrumento. Além dos combustíveis tradicionais, destaca-se a necessidade do Agente Redutor Líquido Automotivo (**ARLA 32**), insumo essencial para veículos movidos a diesel equipados com sistema de Redução Catalítica Seletiva (**SCR**). O ARLA 32 é uma solução aquosa composta por 32,5% de ureia de alta pureza e 67,5% de água desmineralizada, cuja função é reduzir as emissões de óxidos de nitrogênio (**NOx**), contribuindo diretamente para o atendimento às normas ambientais vigentes, especialmente o PROCONVE. Sua utilização é obrigatória em veículos a diesel mais modernos, sendo indispensável para o correto funcionamento do sistema de controle de emissões, evitando falhas mecânicas e garantindo a regularidade de circulação da frota.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A presente demanda decorre da necessidade institucional de garantir o fornecimento de combustíveis fósseis e insumos essenciais ao funcionamento da frota municipal. O abastecimento regular é indispensável para a manutenção de serviços públicos como obras, coleta de lixo, transporte escolar e suporte administrativo. Além dos combustíveis tradicionais, destaca-se a necessidade do Agente Redutor Líquido Automotivo (**ARLA 32**), insumo obrigatório para veículos movidos a diesel que utilizam tecnologia SCR (**Redução Catalítica Seletiva**) para controle de emissões, conforme as normas do PROCONVE, sendo sua ausência fator de dano mecânico e impedimento de circulação de veículos novos da frota.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 SUSTENTABILIDADE:

4.1.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.3 O combustível fornecido (**Gasolina Aditivada e Óleo Diesel S-10**) e **Arla 32** deverá atender integralmente às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, observando a legislação ambiental vigente.

4.1.4 O Agente Redutor Líquido Automotivo (**ARLA 32**) deverá atender integralmente às especificações técnicas da norma ABNT NBR ISO 22241 (partes 1 a 4), bem como às regulamentações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O produto deverá possuir selo de conformidade do INMETRO, garantindo a qualidade, pureza e a concentração adequada de ureia em **32,5%**. Deverá ainda apresentar as seguintes características:

- - **Produto não inflamável;**
- - **Baixa toxicidade;**
- - **Estabilidade química adequada para uso automotivo;**
- - **Armazenamento e manuseio conforme recomendações do fabricante e normas ambientais vigentes.**

4.1.5 A contratada deverá possuir todas as licenças ambientais e autorizações de funcionamento válidas, expedidas pelos órgãos competentes, mantendo regularidade quanto às normas ambientais aplicáveis à atividade de armazenamento e comercialização de combustíveis.

4.1.6 A contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais, tais como controle de vazamentos, correto armazenamento dos combustíveis, destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados na atividade e manutenção preventiva dos tanques e bombas de abastecimento, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

4.2 SUBCONTRATAÇÃO

4.2.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.3.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº **14.133/2021**, Fica vedada qualquer exigência de garantia contratual nos instrumentos dela decorrentes, sob pena de nulidade.

4.3.2 Justificativa:

4.3.3 A não exigência de garantia da contratação fundamenta-se nas características do objeto e do modelo de execução previstos neste Termo de Referência. Trata-se de aquisição de combustíveis (bens comuns), amplamente disponíveis no mercado, com fornecimento parcelado conforme a demanda e pagamento condicionado ao efetivo abastecimento realizado, o que reduz significativamente o risco de inadimplemento. Além disso, a execução ocorre de forma imediata e contínua, diretamente nas bombas do fornecedor, não havendo entrega futura complexa ou obrigação de grande vulto que justifique a exigência de garantia. O contrato também prevê mecanismos suficientes de controle e mitigação de riscos, como fiscalização contínua, exigência de regularidade fiscal, aplicação de sanções administrativas e pagamento apenas após a efetiva execução do objeto. Dessa forma, a exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame e onerar desnecessariamente os licitantes, sem trazer benefício proporcional à Administração, razão pela qual se opta por sua dispensa, em conformidade com a Lei nº **14.133/2021**.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Entrega:

5.1.2 A contratada deverá fornecer, diretamente, combustível para abastecimento da frota de veículos a serviço do CONTRATANTE, imediatamente após a formalização do contrato, dentro dos padrões de qualidade pertinentes e nas quantidades solicitadas de acordo com a demanda.

5.1.3 O abastecimento dos veículos de propriedade da CONTRATANTE deverá ser efetuado nas bombas de abastecimento de combustíveis e ARLA 32, do fornecedor localizado no município de Congonhinhas/PR ou em raio de até 15 km (**bombas de abastecimento de combustíveis**), obedecendo as normas da Agência Nacional do Petróleo, ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

5.1.4 Os produtos deverão ser de boa qualidade e atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam, atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº **8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor**

5.1.5 O recebimento não exclui a responsabilidade do Fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução contratual.

5.1.6 A Administração rejeitará produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

5.1.7 Eventual adequação dos preços registrados deverá observar estritamente o procedimento formal de reequilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação documental de fato superveniente e imprevisível, com impacto efetivo nos custos e nexos causal, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133 /2021, vedada qualquer correção automática com base na oscilação diária do mercado ou no preço de bomba.

5.2 Garantia:

5.2.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na **Lei nº 8.078**, de 11 de setembro de 1990 (**Código de Defesa do Consumidor**)

Forma de abastecimento:

- **atendimento contínuo.**
- **O fornecimento será realizado com base nos preços médios divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme tabela vigente na data do abastecimento.**

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O fornecimento dos combustíveis e ARLA 32 deverá ser realizado diretamente nas bombas do posto revendedor da licitante vencedora, o qual deverá estar localizado em um raio de **até 15 (quinze) quilômetros** do centro do Município de Congonhinhas/PR, visando garantir a eficiência operacional e evitar o deslocamento improdutivo da frota ("**km morto**"), conforme justificado no tópico 7.4 no Estudo Técnico Preliminar.

6.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4 Fiscalização

6.4.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela fiscal de contratos, ou pelos respectivos substitutos.

6.5 Fiscalização Contratual

6.5.1 A fiscal de contratos, Senhora Lucinei Vernier nomeada mediante portaria **nº 116/2022** verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.5.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.5.3 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.6 Gestor do Contrato

6.6.1 Cabe ao gestor do contrato: Senhor Paulo Sergio da Silva Secretário Municipal de obras e viação da Prefeitura Municipal de Congonhinhas.

6.6.2 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.6.3 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.6.4 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.6.5 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.6.6 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei **nº 14.133**, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.6.7 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.6.8 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.7 SEGUE EM ANEXO, QUANTITATIVO DAS SECRETARIAS SOLICITANTES PARA O USO DO OBJETO.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº **14.133, de 2021**, o Contratado que:

A) der causa à inexecução parcial do contrato;

B) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

C) der causa à inexecução total do contrato;

D) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

E) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

F) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

G) praticar ato lesivo à Administração previsto no art. 5º da Lei nº **12.846**, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “**B**”, “**C**” e “**D**” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “**E**”, “**F**”, “**G**” e “**H**” do subitem acima, bem como nas alíneas “**B**”, “**C**” e “**D**”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “**D**”, de **0,33%** (trinta e três centésimos por cento) ao dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.2.4.2 Moratória de **0,07%** (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2%** (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I da art. 137 da Lei n. **14.133**, de 2021.

7.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “**E**” a “**H**” de **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “**C**”, **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “**B**”, de **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “**D**”, **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “**A**”, de **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação. ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº **14.133**, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante;

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº **14.133**, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº **12.846**, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº **14.133**, de 2021.

7.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 Recebimento

8.1.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual variação excepcional nos preços dos combustíveis praticados pelas refinarias ou distribuidoras, devidamente comprovada por meio de publicações oficiais da ANP (**Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**), observando-se o equilíbrio econômico-financeiro da Ata.

8.1.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.4 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.7 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.2 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.3.1 o prazo de validade;

8.3.2 a data da emissão;

8.3.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.3.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.3.5 o valor a pagar;

8.3.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

8.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.6.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.6.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.6.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (**cinco**) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.6.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos

órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.6.5. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.6.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.6.7. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.6.8. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.6.9 O pagamento será efetuado com base no preço unitário registrado na Ata de Registro de Preços, conforme proposta vencedora, vedada a utilização do preço da bomba do dia do abastecimento como referência de pagamento, por ser incompatível com o critério de julgamento pelo menor preço por item.

8.6.10 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.6.11 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.6.13. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6.14 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.6.15 Os valores permanecerão os mesmos da cotação durante todo o processo licitatório, sem qualquer alteração até a formalização do contrato. Após a assinatura do contrato, os preços poderão sofrer variações, para mais ou para menos, conforme os valores vigentes na tabela de referência (**ANP**) e mediante apostilamento, observadas as disposições contratuais e legais aplicáveis.

9. FORMA/CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECE

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será conforme demanda da Contratante

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (**DAU**) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta **nº 1.751**, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

9.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Decreto-Lei **nº 5.452/1943**, aprovada pelo Decreto-Lei **nº 5.452/1943**;

9.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.19. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.20. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.21. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (**LG**), Liquidez Corrente (**LC**), e Solvência Geral (**SG**) superiores a 1 (**um**), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

9.22. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (**um**) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (**LG**), Solvência Geral (**SG**) e Liquidez Corrente (**LC**), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação.

9.23. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (**dois**) anos;

9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.28.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.28.1.1. Fornecimento de bens similares ao objeto da contratação

9.28.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.28.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.28.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA NÃO RESTRITIVA

9.29 Para assegurar a eficiência logística, economicidade e continuidade dos serviços públicos essenciais, somente poderão participar fornecedores localizados em até 15 km (**quinze quilômetros**) do Município de Congonhinhas/PR.

9.29.1. O critério adotado constitui medida técnica e proporcional, fundamentada nos seguintes aspectos:

9.29.1.1. Rapidez no abastecimento: postos localizados em proximidade com o município garantem que os veículos da frota, possam ser abastecidos sem atrasos, assegurando rotina da frota municipal;

9.29.1.2. Economicidade: a medida evita gastos adicionais decorrentes de deslocamentos prolongados destinados exclusivamente ao abastecimento, reduzindo consumo extra de combustível, custos operacionais e desgaste da frota municipal, promovendo o uso racional dos recursos públicos;

9.29.1.3. Continuidade dos serviços essenciais: a proximidade do fornecedor reduz o risco de desabastecimento e assegura maior previsibilidade logística para a execução das atividades da frota municipal. (Transporte de alunos, reparo nas estradas, reparos em pontes, coleta do lixo, deslocamento para outros municípios da região).

9.29.1.4. Proteção ao interesse público: o critério prioriza a preservação dos serviços contínuos da frota da prefeitura, garantindo que os serviços essenciais não sejam interrompidos por falhas de abastecimento ou atrasos decorrentes de distâncias excessivas.

9.29.1.5 O fornecimento dos combustíveis e ARLA 32 deverá ser realizado diretamente nas bombas do posto revendedor da licitante vencedora, o qual deverá estar localizado em um raio de **até 15 (quinze) quilômetros** do centro do Município de Congonhinhas/PR, visando garantir a eficiência operacional e evitar o deslocamento improdutivo da frota ("**km morto**"), conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 1.971.480,00** (Um milhão, novecentos e setenta e um mil, quatrocentos e oitenta reais)

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As contratações serão atendidas pelas seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

397 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

412 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

416 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

427 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

435 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

188 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

211 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

220 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

231 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

242 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

242 3.3.90.30.00.00.00.00 00504 OUTROS ROYALTIES E MATERIAL DE CONSUMO

242 3.3.90.30.00.00.00.00 00504 OUTROS ROYALTIES E MATERIAL DE CONSUMO

242 3.3.90.30.00.00.00.00 00510 TAXAS EXERCICIO PODER DE MATERIAL DE CONSUMO

242 3.3.90.30.00.00.00.00 00510 TAXAS EXERCICIO PODER DE MATERIAL DE CONSUMO

242 3.3.90.30.00.00.00.00 00511 134.070,56 TAXAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MATERIAL DE CONSUMO

242 3.3.90.30.00.00.00.00 00511 TAXAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MATERIAL DE CONSUMO

242 3.3.90.30.00.00.00.00 00512 CIDE (LEI 10886/04, ART. 1ºB) MATERIAL DE CONSUMO

242 3.3.90.30.00.00.00.00 01065 Transferências da União Referentes às MATERIAL DE CONSUMO

242 3.3.90.30.00.00.00.00 01065 Transferências da União Referentes às MATERIAL DE CONSUMO

GABINETE DO PREFEITO

10 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA , DESPORTO E TURISMO

258 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

274 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

277 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

289 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

293 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

307 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

307 3.3.90.30.00.00.00.00 00904 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MATERIAL DE CONSUMO

307 3.3.90.30.00.00.00.00 10048 SIGTV - ESTRUTURACAO DA REDE MATERIAL DE CONSUMO

307 3.3.90.30.00.00.00.00 10117 Deliberação nº 078/2022 - CEDCA/PR MATERIAL DE CONSUMO

307 3.3.90.30.00.00.00.00 10126 PAS – Programa Único de Assistência -MATERIAL DE CONSUMO

316 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

345 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

345 3.3.90.30.00.00.00.00 00905 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA MATERIAL DE CONSUMO

345 3.3.90.30.00.00.00.00 00905 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA MATERIAL DE CONSUMO

358 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

358 3.3.90.30.00.00.00.00 00784 PISO PARANAENSE DE MATERIAL DE CONSUMO

358 3.3.90.30.00.00.00.00 00902 PROGRAMA BOLSA FAMILIA (CPBF) MATERIAL DE CONSUMO

358 3.3.90.30.00.00.00.00 00902 PROGRAMA BOLSA FAMILIA (CPBF) MATERIAL DE CONSUMO

358 3.3.90.30.00.00.00.00 00903 IGD SUAS MATERIAL DE CONSUMO

358 3.3.90.30.00.00.00.00 00906 BENEFÍCIO PRESTAÇÃO MATERIAL DE CONSUMO

358 3.3.90.30.00.00.00.00 00940 Bloco de Financiamento da Gestão do MATERIAL DE CONSUMO

358 3.3.90.30.00.00.00.00 01011 Transferência de Recursos dos Fundos MATERIAL DE CONSUMO

358 3.3.90.30.00.00.00.00 01011 Transferência de Recursos dos Fundos MATERIAL DE CONSUMO

358 3.3.90.30.00.00.00.00 10113 DELIBERAÇÃO Nº 013/2025 –MATERIAL DE CONSUMO

358 3.3.90.30.00.00.00.00 10136 Transferência de Recursos dos Fundos MATERIAL DE CONSUMO

367 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

371 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

371 3.3.90.30.00.00.00.00 10030 FMD CRIANÇA E ADOLESCENTE MATERIAL DE CONSUMO

382 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

491 3.3.90.30.00.00.00.00 00103 5% SOBRE TRANSFERENCIAS DE MATERIAL DE CONSUMO

491 3.3.90.30.00.00.00.00 00104 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS MATERIAL DE CONSUMO

509 3.3.90.30.00.00.00.00 00104 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS MATERIAL DE CONSUMO

509 3.3.90.30.00.00.00.00 00107 COTA-PARTE DO SALARIO MATERIAL DE CONSUMO

509 3.3.90.30.00.00.00.00 00117 PNATE - FEDERAL MATERIAL DE CONSUMO

519 3.3.90.30.00.00.00.00 00103 5% SOBRE TRANSFERENCIAS DE MATERIAL DE CONSUMO

519 3.3.90.30.00.00.00.00 00104 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS MATERIAL DE CONSUMO

519 3.3.90.30.00.00.00.00 00107 COTA-PARTE DO SALARIO MATERIAL DE CONSUMO

519 3.3.90.30.00.00.00.00 00124 FONTE 124 MATERIAL DE CONSUMO

519 3.3.90.30.00.00.00.00 10128 Transferência Especial da União -MATERIAL DE CONSUMO

542 3.3.90.30.00.00.00.00 00104 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS MATERIAL DE CONSUMO

542 3.3.90.30.00.00.00.00 00107 COTA-PARTE DO SALARIO MATERIAL DE CONSUMO

542 3.3.90.30.00.00.00.00 10128 Transferência Especial da União -MATERIAL DE CONSUMO

SECRETARIA MUNIC. DE AGRIC., IND., COM. E MEIO AMB

448 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

459 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

462 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

466 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

469 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

472 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

476 3.3.90.30.00.00.00.00 00000 RECURSOS LIVRES MATERIAL DE CONSUMO

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADEMAR ALVES CARDOSO

Secretário Municipal de Obras e Viação

ANNA GABRIELLA FURLANETTO COELHO

Secretaria Municipal de Educação

JOAO MARCOS LUCIANO RODRIGUES

Chefia de Gabinete

DIRCEU DOMINGUES DE CARVALHO

Secretaria Municipal de Serviços Públicos Municipais

INDIANARA CRISTINA PIRES

Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente

NEISA DE OLIVEIRA COSTA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

DAIANS SANTOS PIROLO

Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR

Estudo Técnico Preliminar 60/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 005/2026

2. Objeto

2.1 Contratação por Registro de preço para aquisição de combustível (**Gasolina Aditivada e Óleo Diesel S-10**), Agente redutor líquido automotivo (**ARLA 32**), solução aquosa de ureia a 32,5%, destinados ao abastecimento da frota da Prefeitura Municipal de Congonhinhas, incluindo o fornecimento direto nos postos contratados, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. Descrição da necessidade

3.1 A presente demanda decorre da imperiosa obrigação institucional de assegurar o fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis automotivos, insumo essencial ao funcionamento da frota vinculada a Prefeitura Municipal. O abastecimento regular é condição indispensável para a manutenção de todos os serviços públicos essenciais, incluindo a manutenção de estradas (**obras**), coleta de lixo (**urbanismo**), transporte escolar (**educação**), além do suporte administrativo e operacional de todas as repartições do Poder Executivo Municipal. A interrupção deste fornecimento paralisaria a máquina pública, impedindo o município de cumprir suas obrigações básicas perante a população. Além dos combustíveis tradicionais, destaca-se a necessidade de fornecimento do Agente Redutor Líquido Automotivo (**ARLA 32**), insumo indispensável para veículos movidos a diesel que utilizam tecnologia de Redução Catalítica Seletiva (**SCR**). O ARLA 32 é responsável pela redução das emissões de óxidos de nitrogênio (**NOx**), contribuindo diretamente para o atendimento às normas ambientais vigentes e para a operação regular e sustentável da frota municipal.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Obras e Viação	Paulo Sergio da Silva
Gabinete do Prefeito	João Marcos L. Rodrigues
Secretaria Municipal de Educação	Anna Gabriella Furlanetto Coelho
Secretaria Municipal De Serviços Públicos	Dirceu Domingues Carvalho
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Neisa de Oliveira Costa
Secretaria Munic. De Agric., Ind., Com e Meio Amb	Indianara Cristina Pires
Secretaria Municipal de Cultura, Desp. e Turismo	Luciano Simões dos Santos

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 Para assegurar o atendimento adequado da necessidade de fornecimento contínuo de combustíveis automotivos (**Gasolina aditivada, Oleo Diesel - s10**) e ARLA 32. essenciais à operacionalidade da frota Municipal de Congonhinhas, é fundamental a definição clara, objetiva e suficiente dos requisitos necessários, observando princípios da Administração Pública, promovendo a sustentabilidade e garantindo a conformidade com os normativos legais vigentes.

5.2 Requisitos Necessários para Atendimento da Demanda

5.2 Requisitos Necessários para Atendimento da Demanda

5.2.1 Compatibilidade dos combustíveis:

Os combustíveis devem ser compatíveis com os veículos em uso na frota da Prefeitura Municipal, conforme indicação de fabricante e especificações técnicas constantes nos manuais dos veículos.

5.2.2 Padrões de qualidade:

Os combustíveis devem atender aos padrões oficiais de qualidade estabelecidos pelos órgãos reguladores, em especial a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (**ANP**). No caso do Agente Redutor Líquido Automotivo (**ARLA 32**), o produto deverá atender integralmente às especificações da ABNT NBR ISO 22241 e às regulamentações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (**ANP**), bem como possuir o selo de conformidade do INMETRO. Garantindo sua pureza, composição e eficiência na redução de emissões veiculares.

5.3 Cláusula de Limitação Geográfica:

5.3.1 Estabelece-se que o fornecimento de combustíveis deverá ser realizado em estabelecimento situado no raio máximo de até 15 (quinze) quilômetros do Município de Congonhinhas, em observância aos princípios da economicidade e da eficiência, previstos na Administração Pública, com vistas à otimização dos recursos públicos e à adequada execução dos serviços.

JUSTIFICATIVA

- Ao selecionar fornecedores em um raio de até 15 km da sede, o município obtém o benefício da redução do "km morto" (deslocamento sem produção). Isso resulta em menor desgaste da frota, menor consumo de combustível para o próprio abastecimento e maior tempo de disponibilidade dos operadores e motoristas em suas funções finalísticas.
- Eficiência operacional
- Economicidade
- Rapidez no abastecimento
- Aproximidade do fornecedor reduz o risco de desabastecimento e assegura maior previsibilidade logística para a execução das atividades da frota municipal

5.4 Tipos e apresentações:

Óleo diesel automotivo com biodiesel:

- **Características mínimas:** Teor de biodiesel conforme legislação vigente; teor de enxofre máximo de 10 mg/kg (**S10**); atestado de conformidade ambiental e desempenho exigido.

Gasolina aditivada:

- **Características mínimas:** Gasolina automotiva tipo C, aditivada, com índice antidetonante (**IAD**) mínimo de 95; conforme padrões estabelecidos pela ANP; presença de aditivos que assegurem proteção e limpeza dos motores.

Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32):

- **Característica mínimas:** Solução aquosa de ureia a **32,5%** de alta pureza, utilizada em veículos equipados com sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR), destinada à redução de emissões de óxidos de nitrogênio (**NOx**). Deve atender às especificações estabelecidas pela **ANP** e normas técnicas vigentes (**ABNT NBR ISO 22241**), garantindo pureza, estabilidade e desempenho adequado do sistema. Produto não inflamável, de baixa toxicidade, devendo ser armazenado e manuseado conforme recomendações do fabricante e normas ambientais.

5.4 Continuidade do fornecimento:

Garantia de oferta regular e ininterrupta dos combustíveis, de modo a não comprometer as atividades institucionais.

5.5 Rastreamento e controle:

Fornecimento de registros rastreáveis de abastecimento individual por veículo, identificando volume, data, hora e local do abastecimento, para fins de controle e auditoria.

5.6 Segurança e armazenamento:

Realização de armazenamento seguro nas dependências dos fornecedores, em conformidade com normas técnicas vigentes, especialmente as de saúde e segurança, prevenção de incêndio e controle ambiental.

6. Levantamento de Mercado

6.1 O levantamento de mercado demonstra que há fornecedores aptos a atender à demanda, sendo viável a realização de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com registro de preços. Assim, não se trata de contratação emergencial, mas da verificação da capacidade do mercado em atender de forma contínua e eficiente às demandas do município.

6.2 A contratação encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, sendo decorrente de procedimento licitatório regular, na modalidade Registro de preço, assegurando ampla competitividade, isonomia entre os participantes e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6.3 Considerando que será realizado procedimento licitatório, a utilização da Ata de Registro de Preços permite maior flexibilidade na contratação, possibilitando aquisições conforme a necessidade da Administração, garantindo:

- continuidade dos serviços públicos essenciais, sem risco de desabastecimento;
- eficiência administrativa, com contratações sob demanda e redução de retrabalho em novos processos licitatórios;
- economicidade, em razão da prévia disputa de preços e registro das melhores propostas;
- atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 Com base na análise técnica e administrativa realizada, esta equipe de planejamento declara a total viabilidade da contratação, fundamentada nos seguintes pontos:

7.2 Nexo Causal e Interesse Público

7.2.1 A contratação demonstra-se viável e indispensável, uma vez que o objeto (**combustíveis**) é o insumo motor de toda a máquina pública municipal. A frota da Prefeitura de Congonhinhas não atua apenas administrativamente, mas na linha de frente da zeladoria urbana, manutenção de estradas rurais para escoamento da produção e transporte escolar. Portanto, o interesse público é preservado ao garantir que esses serviços não sofram solução de continuidade.

7.3 Compatibilidade Orçamentária:

7.3.1 Existe previsão orçamentária para a despesa. O município dispõe de dotação específica para a manutenção de frotas dentro do orçamento da administração geral, garantindo que o pagamento aos fornecedores ocorra dentro do fluxo de caixa planejado, evitando os problemas de inadimplência observados em gestões de cartões de abastecimento anteriores.

7.4 Eficiência Logística.

7.4.1 A exigência de que o posto fornecedor dos combustíveis e do aditivo ARLA 32 esteja localizado em um raio de até 15 km da sede do município de Congonhinhas constitui fator relevante para a viabilidade econômica da contratação, contribuindo para a redução de custos operacionais e do tempo de deslocamento, bem como para a otimização do tempo de trabalho útil das máquinas e veículos. Ressalta-se que a delimitação geográfica estabelecida não configura restrição indevida à competitividade do certame, tratando-se de medida necessária à adequada execução contratual, em observância aos princípios da economicidade e eficiência.

7.5 Gerenciamento de Riscos:

7.5.1 A presente contratação contempla medidas para mitigação de riscos relacionados à descontinuidade do fornecimento, variação de preços e indisponibilidade de atendimento, por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com sistema de registro de preços, garantindo maior segurança, eficiência e continuidade na prestação do serviço.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 Essa projeção garante margem de segurança para atender situações emergenciais e imprevistas, evitando qualquer risco de desabastecimento de combustíveis e aditivos da frota.

Item	Descrição	Catmat	Unidade de Medida	Qtde
	Óleo Diesel S-10 aditivado Uso: Automotivo Apresentação: Com Biodiesel			

1	Composição: Concentração De Enxofre 10 MG/KG – Catmat: 461548	461548	LT	200.000
2	Gasolina aditivada Uso: Para Automotivos Classificação: Aditivada Índice De Octanagem: Iad 95 Min – Catmat: 461506	461506	LT	50.000
3	Agente redutor líquido automotivo (ARLA 32) Galão de 20 litros, solução aquosa de ureia a 32,5%, conforme norma ISO 22241, utilizado em sistemas SCR para redução de emissões de óxidos de nitrogênio (NOx) em veículos a diesel.	438910	LT	2.000

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.971.480,00

9.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao **valor máximo aceitável, é de R\$ 1.971,480,00** (Um milhão, novecentos e setenta e um mil, quatrocentos e oitenta reais)

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 O parcelamento do objeto foi adotado por lote, abrangendo o fornecimento de Gasolina Aditivada, Óleo Diesel S-10 e Arla 32.

10.2 A separação por lote garante maior clareza na gestão contratual, facilita o controle administrativo e assegura que cada tipo de combustível seja fornecido conforme suas especificações técnicas e necessidades operacionais da frota. Além disso, essa forma de parcelamento contribui para:

10.2.1 Isonomia e transparência, ao assegurar condições uniformes de contratação;

10.2.2 Regularidade e continuidade do abastecimento, evitando riscos de desabastecimento e garantindo que veículos essenciais, tenham combustível disponível para atender a frota municipal.

10.3 Portanto, o parcelamento por lote é a alternativa mais adequada para assegurar a eficiência administrativa e a continuidade dos serviços públicos.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Não há contratações correlatas ou interdependentes vinculadas ao presente processo.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 A contratação está alinhada às ações de manutenção e funcionamento da frota da Prefeitura Municipal de Congonhinhas, assegurando a continuidade dos serviços públicos e o atendimento imediato às demandas da população.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 A contratação pretendida visa atingir resultados que impactam diretamente a eficiência administrativa e a prestação de serviços à população de Congonhinhas, destacando-se:

13.1.2 Continuidade dos Serviços Públicos Essenciais:

O principal benefício é a garantia de que os serviços de zeladoria urbana, manutenção de estradas rurais, transporte escolar e fiscalização não sofram interrupção. A disponibilidade imediata de combustível assegura que a máquina pública permaneça ativa, cumprindo seu papel constitucional.

13.1.3 Eficiência Logística e Operacional:

Ao selecionar fornecedores em um raio de até 15 km da sede, o município obtém o benefício da redução do "km morto" (deslocamento sem produção). Isso resulta em menor desgaste da frota, menor consumo de combustível para o próprio abastecimento e maior tempo de disponibilidade dos operadores e motoristas em suas funções finalísticas.

13.1.4 Transparência e Controle Rigoroso (Compliance):

Com a exigência de relatórios detalhados por placa e quilometragem, a Prefeitura alcança um monitoramento preciso do gasto público. Isso permite identificar desvios, avaliar o desempenho de cada veículo e gerar dados estatísticos para o planejamento de futuras licitações, combatendo desperdícios.

13.1.5 Mitigação de Riscos de Paralisação:

A contratação por meio de procedimento licitatório elimina o risco de colapso logístico decorrente de falhas em contratos anteriores. O benefício é a segurança institucional de que veículos de emergência, máquinas de obras e caminhões de lixo terão autonomia garantida para operar 24 horas por dia, se necessário.

13.1.6 Estímulo à Economia Local:

Ao priorizar postos de revenda na região, a administração promove a circulação de recursos no próprio município ou arredores imediatos, fortalecendo o comércio local e garantindo uma resposta mais ágil em casos de necessidade de abastecimento extraordinário.

13.1.7 Preservação do Patrimônio Público:

O uso de combustíveis com qualidade certificada pela ANP (Gasolina Aditivada, Diesel S-10 e Arla 32) reduz a incidência de manutenções corretivas em motores e sistemas de injeção da frota municipal, prolongando a vida útil dos veículos e máquinas da Prefeitura.

14. Providências a serem Adotadas

14.1 Para assegurar a efetividade da contratação, a Administração deverá:

- Selecionar fornecedores aptos: analisar a documentação apresentada, verificando habilitação jurídica, regularidade fiscal e conformidade técnica.
- Firmar contrato administrativo decorrente do procedimento licitatório
- Fiscalizar a execução: implementar mecanismos de controle e auditoria para prevenir falhas, desvios ou interrupções.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 A contratação para fornecimento de combustível poderá gerar impactos ambientais relacionados, principalmente, à utilização de emissões de petróleo e às emissões atmosféricas provenientes da frota de veículos.No entanto, tais impactos são inerentes às atividades realizadas pela prefeitura municipal. Nesse sentido, a inclusão do aditivo ARLA 32 funciona como medida mitigadora fundamental, sendo indispensável para a redução das emissões de óxidos de nitrogênio (NOx) e para o atendimento às normas ambientais vigentes.

15.2 Ressalta-se que os postos deverão atender às normas ambientais vigentes, bem como às exigências dos órgãos ambientais competentes, contribuindo para a mitigação de possíveis impactos ambientais e para a utilização adequada dos combustíveis.

16. Mapa de Risco

Risco	Causa	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Plano de Contingência
Desabastecimento de combustível e/ou ARLA 32	Falha do fornecedor ou logística	Média	Alto	Alto	Registro de preços com múltiplos fornecedores; exigência de continuidade	Acionar segundo colocado / nova contratação emergencial
Variação excessiva de preços	Oscilação do mercado de combustíveis	Alta	Médio	Alto	Ata de registro de preços com disputa prévia	Reequilíbrio econômico-financeiro conforme lei
Fornecimento fora do padrão (qualidade)	Combustível adulterado ou fora da ANP	Baixa	Alto	Médio	Exigir certificação e fiscalização	Suspensão do contrato e aplicação de penalidades
Indisponibilidade do	Problemas				Seleção criteriosa e análise de	Contratação de outro

posto (raio 15 km)	operacionais ou fechamento	Baixa	Alto	Médio	capacidade	fornecedor próximo
Falhas no controle de abastecimento	Ausência de registros ou erro operacional	Média	Médio	Médio	Implantar sistema de rastreamento por veículo	Auditoria e correção de inconsistências
Fraudes ou desvios	Uso indevido de combustível	Média	Alto	Alto	Controle por placa, km e relatórios detalhados	Investigação e responsabilização administrativa
Impacto ambiental	Vazamentos ou armazenamento inadequado	Baixa	Médio	Baixo	Exigir cumprimento de normas ambientais	Notificação e exigência de regularização
Atraso na entrega /atendimento	Problemas operacionais do fornecedor	Média	Médio	Médio	Cláusulas contratuais de prazo e penalidades	Aplicação de multa e substituição do fornecedor

16.1 A análise demonstra que os riscos identificados são **gerenciáveis e mitigáveis**, não comprometendo a viabilidade da contratação, desde que observadas as medidas preventivas e os planos de contingência estabelecidos.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1 A contratação é declarada **viável** com base nos seguintes pilares:

17.1.1 Eficiência Operacional: O modelo de fornecimento direto em postos locais (raio de 15km) elimina o "km morto" e o desgaste desnecessário da frota, garantindo que as máquinas de obras e veículos de serviço estejam sempre disponíveis para a população de Congonhinhas.

17.1.2 A contratação está fundamentada na Lei nº 14.133/2021, mediante realização de licitação na modalidade pregão eletrônico, assegurando ampla competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

17.1.3 Economicidade: Os preços foram balizados pela média de mercado, assegurando que a Administração pague valores justos. O custo da contratação é significativamente menor do que o prejuízo social de uma eventual paralisação dos serviços municipais.

17.1.4 Conclusão: Diante da necessidade imperiosa de combustível para o funcionamento das Secretarias, esta equipe técnica conclui pela **viabilidade total** da contratação.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO SERGIO DA SILVA

Secretário Municipal de Obras e Viação

JOAO MARCOS LUCIANO RODRIGUES

GABINETE DO PREFEITO

ANNA GABRIELLA FURLANETTO COELHO

secretária municipal de educação

DIRCEU DOMINGUES DE CARVALHO

Secretário municipal de serviços públicos

INDIANARA CRISTINA PIRES

secretária municipal de agric., ind., com. e meio amb

NEISA DE OLIVEIRA COSTA

secretária municipal de desenvolvimento social

DAIANS SANTOS PIROLO

secretária municipal de cultura, desp. e turismo



Relatório de Cotação: ADITIVO ARLA 32

Pesquisa realizada entre 30/03/2026 13:22:50 e 17/04/2026 14:52:21

Relatório gerado no dia 17/04/2026 15:16:28 (IP: 2804:23b0:40f:e600:383f:65b7:bf96:fe3c)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: Agente redutor líquido automotivo (ARLA 32), solução aquosa de ureia a 32,5%

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
3 / 3	1	R\$ 6,99 (un)	-	R\$ 6,99	100%	R\$ 6,99

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE ITANHAEM / 10.2026 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA, DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL	46578498000175-1-000429/2025	23/01/2026	R\$ 7,00
2	18.338.160/0001-00 - MUNICIPIO DE GUARANI / 5 - GABINETE	18338160000100-1-000121/2025	10/10/2025	R\$ 6,99
3	18.338.160/0001-00 - MUNICIPIO DE GUARANI / 223 - Unidade Única	18338160000100-1-000122/2025	10/10/2025	R\$ 6,99
Valor Unitário				R\$ 6,99

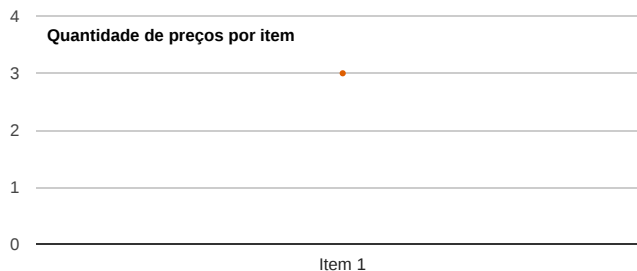
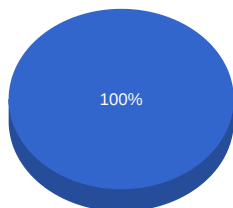
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 6,99

Média dos Preços Obtidos: R\$ 6,99

Valor Global: R\$ 6,99

Valor do item em relação ao total

1) Agente redutor...



Detalhamento dos Itens



Item 1: Agente redutor líquido automotivo (ARLA 32), solução aquosa de ureia a 32,5%

Preço Estimado: R\$ 6,99 (un)

Percentual: -

Preço Estimado Calculado: R\$ 6,99

Média dos Preços Obtidos: R\$ 6,99

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	Agente redutor líquido automotivo (ARLA 32), solução aquosa de ureia a 32,5%, utilizado em sistemas SCR para redução de emissões de óxidos de nitrogênio (NOx) em veículos a diesel.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais

R\$ 7,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE ITANHAEM / 10.2026 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA, DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL**Data:** 23/01/2026 10:00**Objeto:** Contratação de empresa especializada para possível aquisição de óleos lubrificantes e filtros em atendimento a frota municipal da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Itanhaém.**Modalidade:** Pregão - Eletrônico**SRP:** SIM**Identificação:** 46578498000175-1-000429/2025**Lote/Item:** 1/1**Ata:** N/A**Homologação:** 09/02/2026 00:00**Fonte:** <https://www.gov.br/pncp/pt-br>**Quantidade:** 1.000**Unidade:** LITRO**UF:** SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
54.044.394/0001-09 *VENCEDOR*	MULTICAR AUTO CENTER LTDA UF endereço: SP	R\$ 7,00

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais

R\$ 6,99

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 18.338.160/0001-00**Data:** 10/10/2025 08:00**Órgão:** MUNICIPIO DE GUARANI / 5 - GABINETE**Modalidade:** Pregão - Eletrônico**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS EM ATENDIMENTO A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE GUARANI.**SRP:** SIM**Identificação:** 18338160000100-1-000121/2025**Lote/Item:** 1/1**Ata:** N/A**Homologação:** 13/10/2025 00:00**Fonte:** <https://www.gov.br/pncp/pt-br>**Quantidade:** 2.050**Unidade:** LITRO**UF:** MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
03.224.603/0001-65 *VENCEDOR*	AUTO POSTO GUARANI LTDA	R\$ 6,99

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Finais

R\$ 6,99

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



CNPJ: 18.338.160/0001-00
Órgão: MUNICIPIO DE GUARANI / 223 - Unidade Única
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS EM ATENDIMENTO A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE GUARANI E DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GUARANI - SAEG.
Descrição: Arla 32 - Arla 32

Data: 10/10/2025 08:00
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 18338160000100-1-000122/2025
Lote/Item: 1/1
Ata: N/A
Homologação: 13/10/2025 00:00
Fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>
Quantidade: 2.050
Unidade: LT
UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
03.224.603/0001-65 *VENCEDOR*	AUTO POSTO GUARANI LTDA	R\$ 6,99





Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Data: 17/04/2026 14:52:18

Acessar a fonte [aqui](#)

